



Alexandra Nascimento Correia é sócia da Abreu Advogados, desde 2016, onde coordena a área de prática de Contencioso e Arbitragem. Trabalha essencialmente na área de resolução de conflitos, com uma especial dedicação à arbitragem, tanto internacional como doméstica, e particular foco no contencioso civil e comercial.

Tem vindo a assessorar clientes nacionais e estrangeiros em inúmeros litígios relativos a incumprimentos contratuais, apuramento de responsabilidade civil e recuperação de créditos. Em virtude da diversidade de temas com que tem trabalhado, a assessoria que presta abarca transversalmente o mercado e os diversos setores de atividade: desde o investimento financeiro em capital de risco ou o setor energético por investidores estrangeiros empreitadas de complexos hoteleiros, contratos de distribuição internacionais da indústria eletrónica e alimentar ou ações de responsabilidade civil médica.

Tem participado como oradora em diversas conferências sobre temas de arbitragem e tem obra publicada nesta área, de onde se destaca a mais recente coordenação e coautoria de “International Arbitration in Portugal” (WoltersKluwers, 2020).

Tem ainda desempenhado funções como árbitra em arbitragens nacionais.



Armindo Ribeiro Mendes – nascido em 1946. Licenciado e Mestre em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Docente e encarregado de regência nessa Faculdade entre 1970 e 1975 e, depois, entre 1977 e 1984. Membro da Comissão Constitucional (1980-1983). Antigo Juiz do Tribunal Constitucional (1989-1998).

Professor convidado da Faculdade de Direito da Universidade Nova entre 2003-2005 e da Faculdade de Direito de Lisboa da Universidade Católica entre 2008 e 2018. Publicou artigos e livros no domínio do direito civil, processo civil e direito comparado. Advogado e consultor da Sociedade ABBC-DLA PIPER. Árbitro em numerosas arbitragens internas ou internacionais desde 2000 até ao presente, sobretudo como árbitro presidente ou como árbitro único.



Filipa Cansado Carvalho é advogada com mais de 20 anos de experiência na prevenção e resolução de disputas internacionais. Ao longo da sua carreira, trabalhou em cerca de 60 arbitragens, ao abrigo das regras da CCI, ICSID, OHADA, CIAM e CAC, entre outros, em português, inglês, espanhol e francês com sedes em África, América Latina e Europa e envolvendo partes destas regiões e também da Ásia.

Antes de se dedicar exclusivamente à prevenção e resolução de litígios trabalhou em direito da construção, tendo assessorado clientes públicos e privados em projetos em diferentes continentes.

Em 2020, deixou um dos escritórios líderes portugueses para abraçar um projeto independente na área da resolução de litígios (FCCARB), focado essencialmente no seu trabalho como árbitro e mediadora. Atua regularmente como presidente, co-árbitro ou árbitro único em arbitragens internacionais e nacionais. É mediadora certificada pelo CEDR - Centre for Effective Dispute Resolution, foi membro da Direção do Centro de Arbitragem Comercial da Associação Comercial de Lisboa e é membro da Comissão de Arbitragem e ADR internacional da ICC.



Filipe Vaz Pinto colabora com a sociedade desde 2002, sendo sócio desde 2014. É coordenador do departamento de contencioso e arbitragem e membro do conselho de administração da sociedade. Atua essencialmente na área de arbitragem internacional com um foco particular em arbitragens relacionadas com os países de língua portuguesa, incluindo Angola, Brasil, Moçambique e Portugal. Exerce a sua atividade profissional como advogado nos mais variados setores de atividade, incluindo aviação, banca, construção, comércio e alimentação, defesa, energia, infraestruturas, media e publicidade, minas, parcerias público-privadas, seguros, transferências de tecnologia, telecomunicações e trusts. Intervém também regularmente como árbitro e atuou como secretário de Tribunais Arbitrais em arbitragens domésticas e internacionais.

É Presidente da Comissão de Arbitragem da CCI Portugal e Membro da direção da Associação Portuguesa de Arbitragem. Foi Vice-Presidente do Centro de Arbitragem Comercial da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa. Tem participado como docente em diversos cursos de Pós-Graduação em arbitragem e como orador em vários seminários e conferências.

Em 2015, recebeu o prémio “40 under Forty Awards” atribuído pela revista Iberian Lawyer, o qual distingue 40 advogados em Portugal e Espanha com menos de 40 anos.



José Feris is a partner in the firm's International Dispute Resolution Practice Group specializing in international commercial arbitration, public international law and investment arbitration. A former Deputy Secretary General of the ICC International Court of Arbitration, José was described in 2019 by Who's Who Legal as "by far one of the most prominent young figures in international arbitration." He is also ranked by other publications, such as Decideurs and Latin Lawyer, as a leading practitioner in the field.



Maria Claudia Procopiak é uma especialista em arbitragem com mais de 15 anos de experiência.

Maria Claudia começou sua carreira na Corte Internacional de Arbitragem da CCI em Paris, onde atuou como Conselheira Adjunta da equipe da América Latina / Península Ibérica. A partir daí, Maria Claudia juntou-se ao grupo de arbitragem internacional do Dechert LLP, onde trabalhou por 10 anos em Paris e Londres, representando clientes tanto em arbitragens comerciais como de investimento. Em 2020, Maria Claudia estabeleceu sua própria prática para se concentrar em sua atuação como árbitra.



Mariana é sócia na área de Resolução de Litígios, focando-se em arbitragem. Tem mais de 20 anos de experiência em mais de 40 processos arbitrais, nacionais e internacionais, como advogada e como árbitra, de acordo com os mais variados regulamentos arbitrais (ICC, LCIA, CAC/CCIP, entre outros), com sede em diversas partes do mundo (Paris, Rio de Janeiro, São Paulo, Luanda, Bruxelas, Maputo e Lisboa).

Faz parte das listas de árbitros de várias instituições nacionais e internacionais e tem sido frequentemente nomeada árbitra.

É, desde 2018, diretora da NOVA School of Law, onde é professora catedrática e coordena o Mestrado Forense e Arbitragem.

É autora de vasta obra científica e de referência, nas áreas do Direito Arbitral, Direito Processual Civil e Resolução Alternativa de Litígios.

Mariana é membro da Associação Portuguesa de Arbitragem e da Comissão de Arbitragem do ICC Portugal e foi vice-Presidente do Conselho do Centro de Arbitragem Comercial da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa (CCIP), sendo atualmente vogal da Direção da CCIP.



Miguel Azevedo é Advogado na Garrigues Portugal, integrando o seu departamento de Contencioso & Arbitragem desde 2005. Conta com mais de 20 anos de experiência, tendo sempre atuado nas áreas de prática de contencioso, arbitragem e insolvência.

Exerce a sua atividade profissional como advogado em processos judiciais e arbitragens domésticas e internacionais, nos mais variados setores de atividade.

É membro do Club Español de Arbitraje, da Associação Portuguesa de Arbitragem e Associado do Círculo de Advogados de Contencioso.



José Robin de Andrade - Advogado, e árbitro, exercendo essa actividade desde 1967 sempre a título individual, com escritório actualmente na Av. Defensores de Chaves 51 – 2º A 1000-112 Lisboa, tendo actuado como consultor jurídico da Sociedade Financeira Portuguesa desde 1971 a 1990, e da Petrogal/Galp desde 1983 até 2014. Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 1966, com a classificação final, após Curso Complementar de Ciências Político-Económicas em 1968, de 18 valores. Foi Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa desde 1967 até Março de 1975, tendo colaborado no ensino ou assegurado a regência, das disciplinas de Direito Constitucional, Direito Administrativo, Administração e Direito Ultramarino, Direito Internacional Privado, Direito Penal, Direito Processual Penal. Foi Secretário de Estado da Reforma Administrativa no VII Governo Constitucional, entre Maio e Setembro de 1981 e Secretário de Estado das Finanças no VIII Governo Constitucional entre Setembro de 1981 e Junho de 1983. Foi Vice Presidente do Conselho Superior da Ordem dos Advogados de 2001 a 2004. É fundador e foi, desde Outubro de 2008 a Fevereiro de 2013, Presidente da Associação Portuguesa de Arbitragem, e nessa qualidade liderou a preparação e a apresentação ao Governo da nova Lei de Arbitragem Voluntária aprovada pela Lei 63/2011 de 14 de Dezembro. Desde 2015 até 2021 foi Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Associação. Foi Presidente da Comissão Portuguesa de Arbitragem da ICC desde 2015 a 2018. Participou em mais de 60 arbitragens, nacionais e internacionais, administrativas e comerciais, institucionais e “ad hoc”, intervindo na maioria delas, nos últimos 10 anos, como árbitro presidente. Designado pelo Governo Português para a lista de Conciliadores do sistema ICSID. Figura na lista de árbitros do Centro de Arbitragem Comercial e do Centro de Arbitragem Concórdia.



Rui Pinto Duarte, licenciado em Direito, mestre em Ciências Jurídicas e doutor em Direito Privado. Exerceu funções docentes em várias Universidades, sendo actualmente professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. Autor de vários livros e de muitas dezenas de artigos sobre diversos temas jurídicos, nomeadamente nas áreas do Direito dos Contratos, do Direito das Sociedades, dos Direitos Reais e do Direito Bancário. Advogado desde 1979.

Exerce frequentemente a função de árbitro em arbitragens voluntárias. É membro fundador da Associação Portuguesa de Arbitragem. Foi presidente do Conselho de Prática Arbitral Comercial da mesma.

Tem colaborado na orientação de várias revistas jurídicas.



Teresa Anselmo Vaz é licenciada em direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa desde 1985, com pós-graduação em 1986 em Estudos Europeus da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Lisboa, sendo *Of Counsel* da Abreu Advogados desde Maio de 2021. Tem vindo a trabalhar essencialmente no âmbito do direito societário e comercial, em operações de fusões e aquisições em todos os setores, reestruturações de grupos empresariais, contratos comerciais, acumulando com uma prática de contencioso judicial e arbitral (quer como mandatária, quer como árbitro), no âmbito do direito societário e comercial. Tem particular conhecimento do setor farmacêutico, onde também desenvolveu uma prática em propriedade intelectual, em particular no contencioso, arbitral e judicial, de patentes de produtos químicos. Para além disso, tem vários livros e artigos publicados nas áreas atrás referidas.